



**ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL: O CASO DA BIOLABORE - COOPERATIVA DE TRABALHO E
ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PARANÁ**

**TECHNICAL ASSISTANCE, RURAL EXTENSION AND SUSTAINABLE
DEVELOPMENT: THE CASE OF BIOLABORE - COOPERATIVE OF WORK AND
TECHNICAL ASSISTANCE OF PARANÁ**

Juçara Elza Hennerich¹

Luiz Carlos Dias²

Wilson João Zonin³

Resumo:

A assistência técnica e extensão rural tem papel fundamental na construção da realidade do espaço rural do Brasil, embora com diferentes fases e transformações ao longo da história sua contribuição é reconhecida pelos diferentes atores envolvidos. Neste contexto o presente estudo busca analisar a Biolabore, Cooperativa de trabalho e assistência técnica do Paraná, que propõem uma nova forma de organização e atuação dos profissionais das ciências agrárias, e de áreas correlatas, direcionando suas ações para o Desenvolvimento Rural Sustentável. A metodologia utilizada neste estudo envolve entrevistas estruturadas e semiestruturadas, visitas técnicas e pesquisa bibliográfica. O estudo faz uma contextualização teórica, resgatando o histórico da Assistência técnica e extensão rural no Brasil, e o surgimento e construção da modalidade de cooperativismo de trabalho no meio rural, aprofundando a questão com a análise do caso da Biolabore. Em contexto geral, verifica-se que os dados referentes ao acesso aos serviços de assistência técnica e extensão rural públicos estão reduzindo progressivamente, de outro ângulo, aqueles referentes, sobretudo, a orientação técnica de cooperativas e empresas privadas estão aumentando progressivamente. Neste cenário, a Biolabore destaca-se no fornecimento de serviços e produtos direcionados a uma agricultura preocupada com a sustentabilidade, fornecendo aos atores do setor uma alternativa na busca do desenvolvimento efetivo.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Sustentabilidade; Assistência técnica e extensão rural.

¹ Possui graduação em engenharia agrônoma pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2000). Especialista em Espaço, Sociedade e Meio Ambiente, mestre em produção vegetal pela UNICENTRO - Universidade Estadual do Centro Oeste, Doutoranda em Desenvolvimento Rural Sustentável na UNIOESTE. E-mail: jucaraeh@gmail.com

² Economista, Professor da Universidade Federal do Paraná. Doutorando em Desenvolvimento Rural Sustentável – Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon-Pr. E-mail: lcarlos-dias@hotmail.com

³ Doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon. E-mail: wzonin@yahoo.com.br





Abstract:

Technical assistance and rural extension have a fundamental role in the construction of reality in rural Brazil, although with different phases and transformations throughout history, their contribution is used by the different actors involved. In this context, the present study seeks to analyze Biolabore, a cooperative of work and technical assistance from Paraná, which proposes a new form of organization and performance of professionals in the agricultural sciences, and related areas, directing their actions towards Sustainable Rural Development. The methodology used in this study involves structured and semi-structured interviews, technical visits and bibliographic research. The study provides a theoretical contextualization, recovery or history of technical assistance and rural extension in Brazil, and surgery and construction of the form of cooperative work in rural areas, deepening an issue with an analysis of the case of Biolabore. In a general context, check if the data related to access to technical assistance services and public rural extension are registered progressively, from another angle, those reported, mainly, the technical orientation of cooperatives and private companies included progressively. In this scenario, the Biolabore exhibits itself without providing services and products aimed at agriculture concerned with sustainability, providing sector players with an alternative in the search for effective development.

Keywords: Family farming; Sustainability; Technical assistance and rural extension.

1. INTRODUÇÃO

É consenso entre os diferentes atores sociais a importância da assistência técnica e extensão rural para o desenvolvimento no Brasil, no entanto, verifica-se nos dias atuais a falta de condições básicas de produção e subsistência em boa parte das unidades produtivas brasileiras, condições semelhantes ao que se observava na década de 1960 quando se difundiram no Brasil políticas públicas direcionadas para melhorias das condições econômicas e sociais no campo que acabaram por criar um novo modelo de rural brasileiro.

Neste período, uma peça importante deste novo modelo foi a criação da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), fonte de muitas críticas de pesquisadores do setor que a vincularam a um modelo produtivista que não incorporou em sua política os produtores de menor renda. Neste sentido, segundo Castro e Pereira, (2017), a Embrater foi um poderoso instrumento de política agrícola atuando de forma centralizadora, que tinha o intuito de tornar mais acessível a ideologia capitalista, ampliando assim a modernização das atividades agropecuárias e sua integração aos complexos agroindustriais (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

Mesmo com diferentes opiniões sobre sua efetividade de atuação na agricultura de subsistência a Embrater se consolidou como um órgão de referência nos serviços de ATER, até a crise fiscal do governo brasileiro na década de 1980, quando os cortes de recursos estatais prejudicaram sua atuação levando por fim a extinção do órgão em 1989, afetando intensamente a agricultura nacional incluindo os agricultores de pequenas áreas, posteriormente caracterizados como agricultores familiares (CASTRO e PEREIRA, 2017).

O atendimento do governo federal ao público da agricultura familiar volta a constar oficialmente entre os serviços prestados pelo Estado com criação do Programa Nacional de





Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1995. O Pronaf, em seu formato original foi alvo de muitas críticas, considerando principalmente análises que demonstraram que os recursos proporcionados por suas linhas de financiamento se destinaram em grande parte ao atendimento de produtores capitalizados e, sobretudo, para produção e circulação de produtos vinculados a exportação (GRISA; WESZ JUNIOR e BUCHWEITZ, 2014).

Em crescente construção social e política em 2003 os serviços de Ater ficam sob a responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), os esforços culminam com a elaboração da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e em 2014, na criação da Agência Nacional de ATER (Anater), que centralizou a gestão da política de Ater do governo federal e retirou esta atribuição do MDA (FARIA e DUENHAS, 2019).

Desde então, observa-se um retrocesso no processo de desenvolvimento dos serviços de ATER proporcionados pelo Estado, intensificando a busca dos agricultores por alternativas que possam preencher estas lacunas. Estas ações somadas descortinaram um campo de atuação aos profissionais das ciências agrárias que até então era visto de forma isolada e pouco atrativa, visão esta compartilhada pelas instituições de formação das ciências agrárias. A partir do novo cenário, surgem iniciativas de organizações não governamentais (ONGs), cooperativas de profissionais e outras formas organizativas, direcionadas a atuar junto aos agricultores familiares.

O sistema cooperativo de organização tem em seu histórico a configuração de atuação em momentos de crise, transformação e mobilização social, e desta forma surge como uma alternativa para a junção de profissionais que passam a atuar no cooperativismo de trabalho, não só direcionado para ATER como para a sustentabilidade no meio rural.

Segundo Sistema OCEPAR, (2018) o Paraná conta com 221 cooperativas, que juntas correspondem a 17% do PIB do Estado e estima-se que mais de 3,8 milhões de pessoas estejam direta ou indiretamente ligadas a estas instituições. Das 221 cooperativas registradas no Paraná, 8 são classificadas como cooperativas de trabalho, estão localizadas em diferentes regiões, somam 5.373 cooperados e 59 empregados. Conforme destaca Sistema Ocepar, (2019), no Paraná, este ramo está em desenvolvimento mais significativo no setor agropecuário, com cooperativas de profissionais de assistência técnica e extensão rural, responsáveis por trabalhos de elaboração de projetos de custeio e investimentos para produtores e cooperativas.

Neste contexto o cooperativismo assume um papel paralelo e complementar ao já realizado pelas cooperativas de produção junto aos agricultores, sendo fundamental o entendimento do caminho percorrido até esta realidade e quais as possibilidades visualizadas para que estas cooperativas de profissionais possam contribuir para a melhoria efetiva da vida no campo e conseqüentemente nas cidades, seja pela qualidade alimentar ou ainda pelo fortalecimento das complexas relações sociais, econômicas e culturais existentes entre o rural e o urbano.





Outro aspecto a se considerar nesta construção de novas perspectivas é o crescente número de profissionais das ciências agrárias lançados a cada ano no mercado de trabalho, em especial no Oeste do Paraná onde se encontram várias instituições públicas e privadas de ensino superior que ofertam diversos cursos como agronomia, ciências biológicas, engenharia agrícola, medicina veterinária, zootecnia, entre outros, ligados direta ou indiretamente ao meio rural.

Neste sentido, a Biolabore, Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná, foi criada em 2005, quando passou a atuar na Região Oeste do Paraná e a atender a necessidade de sustentabilidade na produção rural, fazendo frente a polarização entre um serviço de assistência técnica e extensão rural hora inconstante e reduzido que é oferecido pela ATER pública, hora tendencioso e convencional oferecido por empresas ligadas a produção e comercialização de insumos e produtos agrícolas.

Desta forma, este estudo busca inicialmente contextualizar o cooperativismo de trabalho no Paraná a partir de uma descrição da origem e cenário atual da ATER brasileira, convergindo para a para um estudo da Biolabore, com o objetivo, de entender esse novo conceito de atendimento ao produtor rural, bem como, em linhas gerais, avaliar se essa organização contempla as demandas dos profissionais cooperados, e da sustentabilidade no meio rural de forma efetiva.

2 METODOLOGIA

O estudo foi realizado considerando as premissas do método dialético, como forma de pesquisa exploratória explicativa, envolvendo em sua construção a coleta de dados na forma de pesquisa bibliográfica e documental, tendo o estudo do caso da Biolabore, cooperativa de trabalho e assistência técnica do Paraná como instrumento principal de pesquisa.

A fonte primária de informação foi pelo uso de entrevistas estruturadas e semiestruturadas realizadas junto a representantes da diretoria da Cooperativa Biolabore. Segundo Marconi e Lakatos (2011), entrevistas estruturadas são aquelas em que o entrevistador segue um formulário previamente determinado e um plano estruturado a fim de alcançar os objetivos da pesquisa que realiza e a entrevista semiestruturada (perguntas abertas e fechadas), é possibilitado aos entrevistados discorrerem sobre o assunto de maneira livre sem, contudo, perder o foco da entrevista.

Em fonte secundária foi realizada vasta pesquisa bibliográfica sobre os temas convergentes ao estudo proposto, usando para tal, documentos oficiais, artigos de revistas, jornais, livros e periódicos.





3. DESENVOLVIMENTO

3.1 A assistência técnica e extensão rural no Brasil

A produção de alimentos, além de seu valor intrínseco de manutenção da vida humana, sempre ocupou desde os tempos de Brasil colônia, lugar de destaque na economia, durante muito tempo foi realizada voltada a subsistência e sustentava-se em um sistema de produção dependente de mão de obra familiar. A partir da década de 1960 inicia-se uma transformação no sistema, que impulsionado por investimentos públicos incorporou a inovação tecnológica no processo produtivo agropecuário, bem como, na cadeia que o segue (GRAZIANO DA SILVA, 1996).

No entanto, conforme destaca Graziano da Silva (1980), a participação neste processo de inovação da agricultura brasileira foi excludente no que se trata da escala produtiva, beneficiando, sobretudo, grandes produtores e produtos vinculados ao mercado externo, assim, a agricultura familiar cuja produção se destinava principalmente a subsistência, historicamente não recebeu a mesma atenção quanto a políticas públicas, voltadas às suas especificidades, incluindo aqui os serviços de assistência técnica e extensão rural.

O serviço de Ater no Brasil, se configurou como tal, no final da década de 1940, com a influência do empresário norte-americano Nelson Rockefeller junto ao governo de Minas Gerais, com o argumento de criação de uma instituição que procurasse melhorar as condições sociais e econômicas no meio rural. Nesta perspectiva foi criada a primeira Assistência de Crédito e Extensão Rural (ACAR), que propunha oferecer assistência técnica e financeira aos agricultores, seguindo o modelo mineiro, em pouco tempo diversas instituições de Ater foram criadas em outros estados brasileiros (CASTRO e PEREIRA, 2017).

Assim, gradativamente os serviços de assistência técnica e extensão rural foram sendo coordenados pelo governo brasileiro que em troca de apoio financeiro exigia a absorção do seu modelo de desenvolvimento. Para um melhor controle dos objetivos do Estado foi instituída a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater) em 1975, a partir desse momento as instituições estaduais de assistência técnica passaram a se chamar Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) e eram subordinadas à Embrater para que pudessem receber auxílio financeiro. Esse modelo entra em dificuldades a partir da crise do petróleo de 1979 e consequente elevação da dívida brasileira na década de 1980, culminando com a extinção da Embrater em 1989 (PEIXOTO, 2008).

Com a extinção da Embrater, a ATER ofertada por instituições públicas se reduziu acentuadamente, sendo os agricultores familiares os mais atingidos, considerando que os médios e grandes agricultores encontraram apoio nas empresas de revenda de produtos agrícolas, multinacionais de insumos, entre outras, enquanto os demais passaram a disputar a assistência oferecida pelos estados através das Ematers remanescentes (CASTRO e PEREIRA, 2017).





Em 1995 após pressão de organizações ligadas a agricultura familiar foi criado o Fundo Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que teve por objetivo oferecer crédito a taxas subsidiadas para investimento e custeio para agricultores enquadrados como agricultores familiares. No entanto, Aquino e Schneider (2011), chamam atenção para o fato de que apenas o aporte do Pronaf não é capaz de promover o desenvolvimento no meio rural brasileiro, pois tal política apresenta pouca integração com outras ações governamentais como redistribuição fundiária, educação rural, assistência técnica, difusão de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente, melhoria da infraestrutura rural e apoio à comercialização de produtos principalmente junto aos programas governamentais, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Ao longo de seu desenvolvimento e buscando uma aproximação maior com o público a ser atendido, o Pronaf sofreu várias adequações e reformulações, porém, um limitante parece persistir centrado na necessidade de que, junto à concessão de crédito sejam efetivadas ações capazes de fortalecer o vínculo do produtor rural ao campo, entre outras medidas, a fundamental disponibilização da assistência técnica e extensão rural, bem como a discussão e validação de tecnologias adequadas às especificidades dos produtores (AQUINO e SCHNEIDER, 2011).

Estes questionamentos, vindos não só do campo, mas da sociedade em geral, corroboraram para a busca de um modelo adequado de ATER, atendendo a estes aspectos, no ano 2000 instituiu-se o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que abrigou e fortaleceu um amplo processo participativo de discussões e culminou na criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), que passou a nortear as ações relacionadas a qualificar, a reorganizar e fortalecer dos serviços de Ater no Brasil (CAPORAL & RAMOS, 2006).

Em 2003, a reorganização dos serviços de Ater, ficou sob a responsabilidade do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), permanecendo até 2014, quando foi criada a Anater, que centralizou a gestão da política de Ater do governo federal e retirou esta atribuição do MDA. Desde então, contrário ao que se esperava, houve um arrefecimento das ações de Ater no âmbito federal. A Anater foi criada com o propósito de melhorar a execução da Pnater e agilizar o processo de contratação de entidades executoras de Ater pelo Governo Federal, no entanto, representou um retrocesso em direção à antiga Ater difusionista (ZARNOTT et al., 2017), some-se a esta estrutura a posterior mudança de objetivos governamentais em relação a agricultura nacional e novamente temos uma desarticulação dos serviços de ATER.

Procurando contextualizar o caminho da Ater no Brasil de forma quantitativa, Guanzioli (2007), utilizando o Censo Agropecuário de 1995/96, observou que somente 16,7% dos estabelecimentos de agricultura familiar utilizavam os serviços de assistência técnica no período, em sequência, Garagorry, Quirino e Souza (2002), destacaram que no ano 2001 apenas 32,7% dos estabelecimentos agrícolas utilizavam o serviço, os autores apontaram





ainda para as grandes diferenças regionais quanto à adesão, sendo que na Região Sul 50,5% dos agricultores declararam terem utilizado os serviços de ATER, no Sudeste este índice foi de 41,5%, no Centro-Oeste 32%, enquanto que no Nordeste e Norte somente 14,6% e 14,5% respectivamente usaram os serviços. Ainda segundo os mesmos autores, no Brasil, dos estabelecimentos que utilizaram assistência técnica, 31,7% recorreu a assistência pública, 62,4% a privada e 6% utilizaram as duas modalidades.

Os dados de Castro e Pereira (2017), que utilizaram o Censo Agropecuário de 2006, apontaram uma queda no uso geral dos serviços em relação a 2001, de maneira geral em 2006, apenas 24% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros receberam algum tipo de assistência técnica, sendo que destes, 39,5% dos serviços foram de origem pública. Os dados mostram também que as diferenças regionais ainda permaneciam acentuadas, enquanto que na Região Nordeste e Norte o índice de assistência foi de 8,5% e 15,8%, no Centro-Oeste, Sudeste e Sul estes índices foram de 32%, 34,1% e 54,7% respectivamente.

Com o objetivo de verificar e atualizar esta relação, a Tabela 1, mostra uma análise baseada nos dados do Censo Agropecuário de 2017.

Tabela 1. Número de estabelecimentos agropecuários e origem da orientação técnica recebida pelos produtores nas macrorregiões brasileiras (2017).

Região	Total	Receberam	Ater pública	Própria	Cooperativas	Empresas integradoras	Empresa privada	Outra origem
Nordeste	2.322.495	172.997	96.194	44.759	14.621	4.043	2.001	20.964
Norte	580.446	60.308	40.216	14.606	2.222	1.625	822	4.240
C. Oeste	346.721	81.845	20.499	43.438	13.171	4.874	3.019	4.922
Sudeste	969.258	277.330	88.866	115.063	66.289	14.212	4.678	20.747
Sul	853.232	414.556	123.980	98.008	155.150	110.148	17.721	17.623
Brasil	5.072.152	1007.036	369.755	315.874	251.453	134.902	28.241	68496

Fonte: IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Censo Agropecuário 2017.

Os números apontados revelaram que o acesso a assistência técnica do agricultor brasileiro piorou em relação ao ano de 2006, em todas as regiões analisadas foi observada queda no número de agricultores assistidos. No ano de 2017, apenas 19,85% dos agricultores brasileiros receberam algum tipo de assistência técnica, com relação as regiões os dados mostram que Nordeste e o Norte continuaram com os piores índices, registrando 7,45% e 10,39% respectivamente, na Região Centro Oeste o número de agricultores que afirmaram terem recebido assistência técnica foi 23,60%, na Região Sudeste 28,61% e no Sul 48,59%.

Quanto a origem, a Ater pública (governo municipal, estadual e federal) é a mais utilizada com 36,72%, as regiões que mais utilizam esse tipo de assistência são, o Norte e Nordeste com 66,68% e 55,60% respectivamente, quanto as demais regiões a principal origem se dá por outros meios. Na região Centro Oeste e Sudeste a assistência própria





prevalece com 53,07% e 41,49% do total utilizado respectivamente. Destaca-se que a região Sul foi a que obteve o maior número de agricultores assistidos, observa-se nesta Região uma maior distribuição entre as diferentes origens de assistência técnica, a principal fonte são as cooperativas, responsáveis por 37,42% do total utilizado, seguido pela pública, empresas integradoras e próprias com 29,9%, 26,57% e 23,6% respectivamente.

Conforme Castro (2014), parte do acesso a assistência técnica dos produtores do Sul do Brasil pode ser explicado pelo relacionamento dos agricultores com as cooperativas agropecuárias e empresas integradoras. Duarte e Castro (2004) citam que apesar dessas empresas sofrerem críticas devido ao seu interesse em vender produtos e insumos é inegável a ativa participação no fornecimento de assistência técnica aos agricultores. Corroborando com os dados aqui expressos, Molina e Mourão (2018), realizaram uma pesquisa junto a produtores rurais da Região Oeste do Paraná e determinaram que 62,5% dos respondentes declararam que a assistência técnica recebida deriva de cooperativas, 31,2% de revendas de insumos e somente 1,6% da Emater, quando questionados se já haviam contratado profissional técnico de maneira particular, 15,6% responderam afirmativamente.

Abramovay (1998) acrescenta uma reflexão importante acerca da diferença entre os serviços a que se propõem uma agência de ATER pública, que segundo o autor, deve ser capaz de despertar o conjunto das energias locais capazes de valorizar o campo como espaço propício na luta contra a exclusão social, englobando aspectos relacionados ao desenvolvimento sustentável, a participação e do acesso ao conhecimento com livre organização, estas características, de maneira geral, diferem daquelas observadas pela assistência técnica prestada por empresas e cooperativas, que inicialmente tem a pretensão de venda de insumos e produtos, e que atua pontualmente em partes do sistema de produção, segmentando a complexa engrenagem de ações e correlações produtivas, principalmente na agricultura familiar.

3.2 Formação e Constituição do Cooperativismo.

O cooperativismo de serviço nasceu entre trabalhadores ingleses do bairro de Rochdale em 1844, como reação a uma situação econômica desfavorável, quando não conseguindo vender sua força de trabalho e insatisfeitos com a realidade dentro das empresas, os trabalhadores uniram-se, adquiriram o capital e os meios de produção necessários para prestarem serviços diretamente ao consumidor pela formalização da “Sociedade dos Pobros Pioneiros de Rochdale”, desta forma estabeleceram princípios norteadores, baseados em valores de cooperação mútua que perduram no cooperativismo até os dias de hoje. São valores do cooperativismo, aqueles de autoajuda, onde se preserva a individualidade em consonância com ações conjuntas para o alcance dos objetivos, de autorresponsabilidade, no sentido de todos individual e coletivamente assumirem a responsabilidade pela cooperativa, de igualdade, que se manifesta principalmente no processo decisório da cooperativa igualando o direito a voto, de equidade, com participação idêntica e retorno econômico equivalente, e





ainda de solidariedade, centrando na ação coletiva para satisfazer as necessidades individuais de cada cooperado desde que coincidente com as necessidades de todos os cooperados (SOUZA, 2009).

O sistema cooperativista se espalhou e consolidou, até assumir força de lei, assim, atualmente, cooperativas, conforme definição da Lei nº 5.764/71, são sociedades de pessoas, constituídas para prestar serviços aos associados, que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro (BRASIL, 1971).

A mesma lei estabelece que em uma sociedade cooperativa, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente da quantidade de quotas (valor financeiro que deve ser integralizado para associar-se) que possua, o quórum em reuniões é determinado pelo número de pessoas participantes, o número de sócios é ilimitado e as quotas de cada um não podem ser transferidas a terceiros, outro aspecto importante é que o resultado financeiro é distribuído entre os associados de forma equivalente a sua movimentação e se houverem sobras líquidas no exercício, uma parte vai para os fundos obrigatórios e o restante poderá ser reinvestido na cooperativa ou redistribuído, também de forma equivalente, entre os associados (BRASIL, 1971).

A Lei 5.764/71 determina ainda, que a estrutura organizacional seja constituída por Assembleia Geral, órgão de maior decisão da cooperativa, onde são tomadas as decisões e estabelecidas diretrizes de funcionamento, por um Conselho Administrativo que é integrado por associados, eleitos por mandatos de no máximo quatro anos e responsáveis por administrar os recursos e por um Conselho Fiscal, que deve ser composto por três titulares e três suplentes, responsáveis por verificar se os atos do Conselho Administrativo estão seguindo a determinação da assembleia geral (BRASIL, 1971).

As sociedades cooperativas são classificadas conforme seu objetivo, as singulares se caracterizam pela prestação direta de serviços aos associados, as centrais ou federações são constituídas de no mínimo três cooperativas singulares, tem por finalidade organizar os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas e, por fim, as confederações que são constituídas de pelo menos três federações, e objetivam coordenar as atividades das afiliadas no que transcender o âmbito de capacidade de atuação das centrais e federações. As cooperativas se classificam também de acordo com o objeto e pela natureza das atividades desenvolvidas por elas ou por seus associados (BRASIL, 1971).

Neste sentido, considerando a ideia básica de produzir ajuda mútua, existiam 13 ramos do cooperativismo: agropecuário, de consumo, crédito, educacional, habitacional, de infraestrutura, mineral, de produção, saúde, trabalho, transporte, turismo e lazer, no entanto a partir da Assembleia Geral Ordinária da Organização das Cooperativas Brasileiras, realizada em março de 2019 essa classificação foi reduzida para 7 ramos, sendo, de produção de bens e serviços, infraestrutura, consumo, transporte, saúde, agronegócio e crédito (ROSSI et al. 2019). Na atualidade há no Brasil em torno de 6.600 cooperativas distribuídas em seus diversos ramos conforme destaca a Tabela 2.





Tabela 2. Panorama do cooperativismo no Brasil.

Ramo de Atividade	Cooperativas	Associados	Empregados
Agropecuário	1.555	1.016.606	188.777
Consumo	147	2.990.020	14.056
Crédito	976	7.476.408	50.268
Educacional	279	50.847	3.966
Especial	8	315	9
Habitacional	293	114.567	886
Infraestrutura	125	955.387	6.154
Míneral	79	57.204	187
Produção	257	12.494	3.458
Saúde	813	225.191	96.230
Trabalho	895	193.773	1.580
Transporte	1.205	136.425	11.209
Turismo e Lazer	23	1.823	15
TOTAIS	6.655	13.230.960	376.795

Fonte: Adaptado de Anuário Brasileiro do Cooperativismo 2018

A importância do cooperativismo no Brasil fica evidenciada pelos seus números, são 6,3% da população brasileira de associados a cooperativas, e considerando as famílias dos cooperados, esse índice chega a 25% da população total. As cooperativas de crédito são as de maior relevância quanto ao número de associados, já as agropecuárias são as que mais proporcionam postos de trabalho diretos.

3.3 As cooperativas de trabalho

As primeiras cooperativas de trabalho no Brasil foram constituídas no ano 1932, tinham como característica a mão de obra semiquificada e eram compostas de trabalhadores braçais, artesãos, pescadores, entre outros. As cooperativas com perfis de profissionais mais qualificados como médicos, dentistas, professores, etc. surgiram em 1965 e buscavam uma alternativa de exploração e inserção no mercado de trabalho (ANJOS, 2019).

No Brasil, a partir da década de 1990 percebe-se um crescimento expressivo dessa modalidade cooperativa, devido à abertura econômica e a adoção de políticas neoliberais do governo Collor que levaram ao fechamento de inúmeras empresas e consequente aumento na taxa de desemprego. Com base nessa nova realidade, diversos grupos profissionais visualizaram uma nova perspectiva na formação desse tipo de empreendimento, em especial as cooperativas de trabalho (SOUZA, 2009).

Neste sentido, as cooperativas de trabalho são organizações formadas por profissionais ou trabalhadores de uma ou mais classes, formação ou profissão, que se unem solidariamente com a finalidade de melhorar as condições econômicas e de trabalho, em regime de





autogestão democrática e de livre adesão, sem intervenção de um patrão ou empresário, propõe-se a oferecer seus serviços no mercado de trabalho coletivamente por todos, por grupos ou individualmente (BRASIL, 2012).

A regulamentação das cooperativas de trabalho fica por conta da Lei 12.690/2012, juntamente com a Lei 5.764/71 que regulamenta todas cooperativas no Brasil.

Segundo Sistema OCEPAR, (2018) o Paraná conta com 221 cooperativas, que juntas correspondem a 17% do PIB do Estado e estima-se que mais de 3,8 milhões de pessoas estejam direta ou indiretamente ligadas a estas instituições. Das 221 cooperativas registradas no Paraná, 8 são classificadas como cooperativas de trabalho, estão localizadas em diferentes regiões, somam 5.373 cooperados e 59 empregados. Conforme destaca Sistema Ocepar, (2019), no Paraná, este ramo está em desenvolvimento mais significativo no setor agropecuário, com cooperativas de profissionais de assistência técnica e extensão rural, responsáveis por trabalhos de elaboração de projetos de custeio e investimentos para produtores e cooperativas.

Neste contexto o cooperativismo assume um papel paralelo e complementar ao já realizado pelas cooperativas de produção junto aos agricultores, sendo fundamental o entendimento do caminho percorrido até esta realidade e quais as possibilidades visualizadas para que estas cooperativas de profissionais possam contribuir para a melhoria efetiva da vida no campo e conseqüentemente nas cidades, seja pela qualidade alimentar ou ainda pelo fortalecimento das complexas relações sociais, econômicas e culturais existentes entre o rural e o urbano.

3.4 A Biolabore

A cooperativa técnica Biolabore, foi formalizada em 2005, como iniciativa de profissionais das ciências agrárias, vinculados a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Candido Rondon, o grupo idealizador, formado por profissionais, recém formados e alunos em final de formação acadêmica, teve por objetivo fornecer às empresas, órgãos públicos e produtores rurais serviços em prol do desenvolvimento rural sustentável (DRS), considerando serviços de assistência técnica e extensão rural não vinculados a interesses empresariais ou particulares, e reflexivos das linhas de trabalho e formação da própria universidade.

A inovação na forma de prestação de serviços, segundo os responsáveis, foi inspirada nos modelos já desenvolvidos no Estado do Paraná, entre outros aspectos ressaltando a liberdade de atuação profissional e a necessidade de inovação na organização e execução da ATER. Atualmente a Biolabore conta com 74 cooperados, todos profissionais das ciências agrárias, os quais, para associação ao grupo, devem enviar uma carta de solicitação anexando seus certificados de formação, estando sujeitos a aprovação nas assembleias ordinárias e extraordinárias realizadas pela cooperativa. A delimitação de perfil





profissional assegura a cooperativa a permanência e qualidade de atuação junto aos seus objetivos, visto que o DRS como conceito e linha de trabalho na formação dos profissionais pode ter uma amplitude de visões e concepções que necessitam de instrumentos de delineamento e certa uniformidade permeada pela liberdade de pensamento e ação, para tal a cooperativa assegura em sua missão fornecer serviços técnicos especializados e produtos para o desenvolvimento sustentável.

A avaliação de cada profissional se torna fundamental visto que a cooperativa não pressupõe somente ações de trabalho e projetos coletivos, mas também fornece a opção ao profissional de desenvolver trabalhos como autônomo, o que reforça a necessidade de similaridade nos conceitos e objetivos a serem seguidos.

Dos 74 cooperados atuais, com formação desde nível médio até doutorado, 30 estão em ação direta pela cooperativa, todos vinculados a projetos e trabalhos centralizados no DRS junto ao setor privado e público. Segundo as informações processadas os contratos atuais estão em sua maioria ligados ao setor público, muitos junto a prefeituras municipais da região. Esta demanda afirma a necessidade da sociedade por trabalhos voltados ao DRS, e a dificuldade de encontrar reflexos deste junto a formação e ação de profissionais das ciências agrárias. Podemos enfatizar aqui que a Biolabore vem para o cenário regional como uma alternativa de visão e trabalho que se solidifica a cada ano, compreendendo a assistência técnica para serviços de produção de alimentos que considerem as esferas, social, econômica e ambiental, outro aspecto a citar aqui é a necessidade da visão global das unidades de produção, acentuada na agricultura familiar, predominante na região, que necessita otimizar suas formas de produção e para tal necessita, pela visão do DRS, de planejamento, monitoramento e sustentação no espaço tempo.

Outra frente de trabalho da Biolabore é o contrato firmado com a Itaipu Binacional, para atuação, principalmente, junto ao projeto “Cultivando água boa” e a seus desdobramentos. A cooperativa atua desde 2005 neste projeto na região e de certa forma exemplifica e solidifica o rumo das ações de responsabilidade social, econômica e ambiental do setor privado, mais um aspecto que oportuniza a ação e prospecta a consolidação da Biolabore.

Estão sendo atendidas pela cooperativa, atualmente 1200 famílias da Região Oeste do Paraná, ligadas aos diferentes projetos em atendimento, sendo que todos os agricultores envolvidos são caracterizados como agricultores familiares, segundo a Lei 11.326 de 2006, que define a categoria como possuidora de até 4 módulos fiscais de área, predominante com mão de obra familiar e com os rendimentos também predominantes da unidade produtiva. Como forma de assegurar esta especificidade, a cooperativa exige a apresentação da DAP (Declaração de Aptidão ao Pronaf) de todos seus beneficiários. Mais especificamente sobre o público atendido, atualmente, a maioria dos agricultores possui área de terra entre 10 e 12 hectares, realidade que reforça a atuação da Biolabore junto ao público daqueles produtores rurais que estão à margem dos serviços de ATER, seja pela curta possibilidade de abrangência da ATER pública ou pelo desinteresse econômico da ATER privada.





Em sua metodologia de trabalho além da priorização dos trabalhos que envolvam o DRS, e até pela característica implícita a este conceito, cada técnico deve atender no máximo 55 propriedades rurais, como forma de assegurar a qualidade de atendimento e de resultados. Embora a configuração metodológica (objetivos, ações, monitoramento, planejamento), adotada pela cooperativa seja específica de cada projeto de maneira particular, todos os trabalhos seguem diretrizes gerais que possam assegurar o encaixe à missão e objetivos da Biolabore, neste sentido a cooperativa conta com um coordenador que monitora e avalia constantemente as ações junto a todos os atores envolvidos.

São linhas principais de ação da Biolabore, a orientação para produção agroecológica, a formação de associações para comercialização e as ações junto a programas de produção e fornecimento de merenda escolar e demais programas de aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Na expectativa dos entrevistados a perspectiva de futuro da cooperativa se justifica pela demanda crescente do DRS nas relações agrárias, sendo que segundo os mesmos, esta preconizará o setor privado no qual veem, segundo sua avaliação, esta ênfase, mais clara e promissora.

Quando questionados sobre os principais desafios observados junto aos diferentes trabalhos realizados, os entrevistados enfatizam a sucessão familiar relacionada ao envelhecimento dos habitantes das propriedades rurais, afirmando que cerca de 80% dos seus beneficiários são aposentados. Este fator, segundo eles, preocupa pela perspectiva de continuidade da produção de alimentos, visto que acaba por resultar muitas vezes na falta interesse de investimento na própria unidade produtiva e de continuidade das ações.

4. CONCLUSÕES

Verifica-se no Brasil ao longo do tempo falhas na assistência técnica no campo, isso pode ser notado a partir dos dados que evidenciaram uma queda no número de agricultores assistidos considerando o Censo Agropecuário de 2017 em relação ao de 2006. Cabe notar também que essa consideração se agrava a medida que a análise se estende entre as regiões brasileiras, onde, regiões reconhecidas com maior carência produtiva e social são as que obtiveram o menor índice de assistência técnica recebida.

No entanto, mesmo nas regiões Sudeste e, sobretudo, no Sul onde os índices foram mais robustos verifica-se uma queda na atuação pública e uma sobreposição das cooperativas e empresas privadas no atendimento aos agricultores, demonstrando que a assistência muitas vezes está direcionada a produtores de áreas médias e grandes, monocultores de grãos e com maior dependência de utilização de insumos comerciais.

A cooperativa de serviços Biolabore se configura em uma opção de mercado de trabalho aos profissionais das ciências agrárias preocupados com a produção agrícola





sustentável, bem como, aos produtores rurais que por baixa capacidade produtiva ou opção de produção não recebem assistência técnica direcionada a sua necessidade.

Por sua definição de metodologia de trabalho e visão de desenvolvimento rural sustentável a cooperativa pode ser um instrumento de melhoria de qualidade de vida dos agricultores atendidos, dos profissionais cooperados e da sociedade em geral.

Referências

ABRAMOVAY, Ricardo. As Particularidades da Agricultura no Desenvolvimento Econômico. In: _____. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec/Ampocs/Editora da Unicamp, 1992. cap. 8, p. 209-247.

ABRAMOVAY, R. Estratégias e alternativas para a extensão rural e suas consequências para os processos de avaliação. **XLV Congresso do SOBER**, 22 a 25/07/2007, Londrina/PR. Mesa redonda: Assistência técnica e extensão rural no Brasil: desafios para os próximos anos. Londrina/PR, 2007. 17 p.

ANJOS, E. G. Cooperativas de trabalho: constituição do trabalho associado ou precarização do trabalho assalariado? **III Simpósio Lutas Sociais na América Latina**. Londrina, 2008. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/eliene_gomes.pdf. Acesso em: 03 jun. 2019.

Anuário Brasileiro de Cooperativismo, **Revista Mundo Coop** São Paulo, 2018.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. 12 anos da política de crédito do Pronaf no Brasil (1996-2008): uma reflexão crítica. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v. 1, n. 2, p. 309-347, jul.-dez, 2011.

BRASIL. **Lei no 5.764**, de 16 de dezembro de 1971.

BRASIL. **Lei no 12.690**, de 19 de julho de 2012.

CASTRO, C. N. A agropecuária na região Sul: limitações e desafios futuros. **Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília: Ipea, 2014.

CASTRO, C. N. de.; PEREIRA, C. N. Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater. **Texto para discussão/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Brasília: Ipea, 2017.





DUARTE, J.; CASTRO, A. M. G. **Comunicação e tecnologia na cadeia produtiva da soja em Mato Grosso**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.

GARAGORRY, F. L.; QUIRINO, T. R.; SOUZA, C. P. **Diagnóstico sócio técnico da agropecuária brasileira II – Estabelecimentos**. Brasília: Embrapa Informática e Tecnologia, 2002.

GRAZIANO DA SILVA, J. **O que é Questão Agrária?**. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP IE, 1996.

GRISA, C.; WESZ JUNIOR, V. J.; BUCHWEITZ, V. D. Revisitando o Pronaf: velhos questionamentos, novas interpretações. **Revista de Economia e Sociologia Rural (RESR)**. Piracicaba, v. 52, n. 2, p. 323-346, abr./jun. 2014.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. **Revista Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 45, n. 2, 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2017**. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017>>. Acesso em: 03 jun. 2019.

MOLINA, C. D.; MOURÃO, A. P. M. Assistência técnica para produtores da região Oeste do Paraná. **Revista Cultivando o Saber**, Cascavel, v. 11, n. 1, jan. a mar. 2018.

PEIXOTO, M. **Extensão rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação**. Textos para discussão 48. Brasília, 2008 Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tipos-de-estudos/textos-para-discussao/td-48-extensao-rural-no-brasil-uma-abordagem-historica-da-legislacao>>. Acesso em: 06 jun. 2019.

ROSSI, R.; VIEIRA, M.; SUZUKAWA L. M.; ORICOLLI, S. OCB reorganiza ramos do cooperativismo. **Revista Paraná Cooperativo**, Curitiba, maio 2019.

SISTEMA OCEPAR, SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ; SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO NO PARANÁ; FEDERAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ. **Comunicação Social do Sistema Ocepar**. Disponível em: <<https://www.paranacooperativo.coop.br>>. Acesso em: 03 jun. 2019.





REVISTA ORBIS LATINA
ISSN: 2237 6976



página 295

SISTEMA OCEPAR, SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ; SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM DO COOPERATIVISMO NO PARANÁ; FEDERAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO PARANÁ. **Relatório de Atividades e Prestação de Contas: Exercício social de 2018; Plano de Ação, exercício social 2019.** Curitiba. 2019. Disponível em: <http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/index.php/sistema-ocepar/comunicacao/relatorio-de-atividades>. Acesso em: 03 jun. 2019.

SOUZA, L. P. de. Cooperativismo: conceitos e desafios à implantação da economia solidária. **Vitrine da Conjuntura-FAE**, Curitiba, v. 2, n. 2, abril 2009.

Recebido em 29/03/2020
Aprovado em 22/06/2020



Volume 10, Número 3
Julho - Dezembro
2020



INDEXADORES E BASES BIBLIOGRÁFICAS:



Revista Orbis Latina - Disponível no website <https://revistas.unila.edu.br/index.php/orbis>